

CONTRATO DE EMPREITADA

CONTRATO REF.^a Nº 36_ GPENAPOR_2022

**Ampliação da Gare Marítima do Porto da Praia
– Ilha de Santiago –**

ENTRE

ENAPOR – EMPRESA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS, S.A.

E

SERRALHARIA VIDAL, LDA

SEDE: C. P. N.º 82, S. Vicente - Tel: (+238) 230 75 00 | Fax: (+238) 232 43 37 / 21 70 | E-mail: info@enapor.cv
PORTOS: PCRTO GRANDE - Av. Marginal, C.P. 82 - Mindelo, S. Vicente - Tel: (+238) 230 75 00 | Fax: (+238) 232 14 33 | PORTO DA PRAIA - C.P. 87 - Santiago
- Tel: (+238) 260 90 60 | Fax: (+238) 263 38 99 | PORTO DA PALMEIRA - Sal - Tel: (+238) 241 13 48 | Fax: (+238) 41 13 48 | PORTO NOVO - Sto. Antão - Tel:
(+238) 222 12 54 | Fax: (+238) 222 12 54 | PORTO DO TARRAFAL - Vila do Tarrafal - S. Nicolau - Tel: (+238) 236 10 50 / 16 77 | Fax: (+238) 236 13 26 | PORTO
VALE DE CAVALEIROS - Fogo - Tel: (+238) 281 21 13 | Fax: (+238) 281 12 64 | PORTO INGLÊS - Vila do Porto Inglês - Maio - Tel: (+238) 255 14 80 / 13 50 | Fax:
(+238) 255 13 50 | PORTO FURNA - Vila da Furna - Brava - Tel: (+238) 285 12 40 / 285 12 46 | Fax: (+238) 85 12 09 | PORTO DE SAL - Rei - CP N.º 29, Cidade
de Sal Rei - Boa Vista - Tel: (+238) 251 11 87 | Fax: (+238) 251 13 74.

CONTRATO REF.^a Nº 36_ GPENAPOR_2022

EMPREITADA

Entre;

ENAPOR – EMPRESA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS, S.A., com sede na Avenida Marginal, Cidade do Mindelo, Ilha de São Vicente, CP-82, Detentora do Capital Social de 1.200.000.000\$00 (um milhar e duzentos milhões de escudos), que se encontra totalmente realizado pelos valores integrantes do seu património, Contribuinte n.º 200487264 (NIF), matriculada na Conservatória do Registo Comercial da Região de 1.^a Classe de São Vicente sob o n.º 1168, legitimamente representada neste ato pelo Eng.º **Ireneu Rosa de Azevedo Camacho**, solteiro, portador do BI n.º 129344, emitido pelo arquivo de Identificação Civil e Criminal de S. Vicente, titular do NIF: 165280263 e pelo pela Dr.^a **Eneida Cristina Lima Gomes**, solteira, portadora do BI n.º 316103, emitido pelo arquivo de Identificação Civil e Criminal de S. Vicente, titular do NIF: 131610325 na qualidade de Presidente do Conselho de Administração e Administradora Executiva respetivamente, no uso das competências estatutárias, com poderes para obrigar;

Doravante identificada simplesmente por “Dona da Obra”

E

SERRALHARIA VIDAL, LDA Sociedade por Quotas, com sede na Achada Grande Trás, cidade da Praia, Ilha de Santiago, Detentora do Capital Social de 40.000.000 CVE (quarenta milhões de escudos), matriculada na Conservatória de Nossa Senhora da Graça com N.º 0767020090507, NIF: 258433892, titular do alvará de Construção n.º 312 de Obras públicas e particulares, classes 1 (um), com registo comercial n.º 0767020090507, representada pela Diretora Técnica Engenharia **Manuela Baptista Estevão Fortes**, portador do C.N.I. n.º 19810203F004Q, emitido pelo arquivo de Identificação Civil e Criminal da Praia, titular do NIF 117307904, na qualidade de representante legal da empresa, no uso de competências delegadas com poderes para obrigar;

Doravante identificado simplesmente por “Empreiteiro”

Considerando que:

- a) Por deliberação do Conselho de Administração, a Dona da Obra promoveu o procedimento por Concurso Restrito (Nr.º 06_GPEnapor_2022), para formação do contrato de empreitada de Ampliação da Gare Marítima do Porto da Praia;
- b) A minuta do contrato de empreitada foi aprovada por deliberação do Conselho de Administração;
- c) O júri do procedimento deliberou, por unanimidade, propor á adjudicação do contrato a empresa SERRALHARIA VIDAL, LDA, concluindo assim o Concurso Restrito (Nº 06_GPEnapor_2022).

É celebrado o presente contrato de empreitada, que se regerá pelos termos e condições constantes das cláusulas seguintes, que os contraentes livremente estipulam e reciprocamente aceitam:

Cláusula 1.ª

(Objeto do contrato)

- 1. O presente contrato tem por objeto a execução, pelo empreiteiro, dos trabalhos de Ampliação da Gare Marítima do Porto da Praia nos termos e condições jurídicas e técnicas constantes dos documentos que instituem o processo do procedimento identificado, nomeadamente a proposta/orçamento com a referência n.º 180-2022 de 18 maio de 2022 e demais, compreendendo essencialmente;
 - a) Movimentação de Terras;
 - b) Betões;
 - c) Serralharia e Estrutura Metálica;
 - d) Alvenarias;
 - e) Revestimentos de Paredes;
 - f) Revestimentos de Pavimentos;
 - g) Pintura;
 - h) Rede Elétrica, DVI, Segurança e Incêndio;
 - i) Rede Predial de Drenagem de Águas Pluviais

2. O presente contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e pelos seus anexos I, II, III e IV.
3. Fazem parte integrante do presente contrato, independentemente da sua redução a escrito:
 - a) Os esclarecimentos e as possíveis retificações aos documentos do procedimento;
 - b) O Caderno de Encargos;
 - c) A proposta adjudicada, e
 - d) O projeto de execução elaborado pela Dona da Obra;

Cláusula 2.^a

(Local da obra)

Os trabalhos de empreitada serão executados na cidade da Praia, ilha Santiago.

Cláusula 3.^a

(Regime)

O regime da empreitada, quanto ao modo de retribuição do Adjudicatário, será por série de preços sendo que o montante da remuneração a receber pelo Empreiteiro resulta da aplicação dos preços unitários, previstos no contrato, para cada espécie de trabalho, às quantidades desses trabalhos efetivamente executados.

Cláusula 4.^a

(Preço)

O preço pela execução da empreitada, é de **7.429.081\$00** (sete milhões, quatrocentos e vinte e nove mil e oitenta e um escudos), IVA autoliquidação.

Cláusula 5.^a

(Faturação e Condições de Pagamento)

1. A Dona da Obra liquidará perante o Empreiteiro, no prazo de 5 (cinco) dias contados da data da assinatura do contrato, o montante de **1.485.816\$00** (um

- milhão quatrocentos e oitenta e cinco mil e oitocentos e dezasseis escudos), **montante correspondente a 20%** (vinte por cento) do preço do contrato;
2. O montante elencado no número anterior, será liquidado ao Empreiteiro mediante apresentação da fatura;
 3. Todo o remanescente, no valor de **5.943.265\$00** (cinco milhões, novecentos e quarenta e três mil e duzentos e sessenta e cinco escudos) correspondente aos 80% (oitenta por cento) do valor global proposto e adjudicado, será liquidado **mediante a entrega dos trabalhos realizados e dos respetivos Autos de Medição** mensais e respetivas faturas;
 4. A faturação dos trabalhos da obra será emitida mensalmente, até ao dia 5 (cinco) do mês subsequente, mediante a aprovação do auto de medição e conta corrente respetiva;
 5. O Empreiteiro emitirá a fatura em nome da Dona da Obra, que lhe será remetida para o endereço indicado;
 6. O pagamento da/s fatura/s será efetuado no prazo de 05 (cinco) dias após a data da sua receção;
 7. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto na presente cláusula, a(s) fatura(s) serão pagas através de transferência bancária para a conta do Empreiteiro;
 8. Em caso de discordância quanto aos valores indicados na(s) fatura(s), a Dona da Obra deverá comunicar este fato ao Empreiteiro, por escrito e no prazo de 5 (cinco) dias após receção da respetiva fatura (s), ficando o Empreiteiro obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou a proceder à emissão de nova fatura corrigida;
 9. O não pagamento dos valores contestados não justifica a suspensão imediata da execução da empreitada, devendo, no entanto, a Dona da Obra proceder ao pagamento da importância não contestada;
 10. O não pagamento por mais de 60 (sessenta) dias leva à suspensão imediata dos trabalhos e ao pagamento de juros de mora à taxa legal em vigor.

Cláusula 6.^a

(Recusa de Pagamento)

A Dona da Obra reserva-se no direito de não efetuar os pagamentos referidos na cláusula anterior se:

- a) Os trabalhos objeto de medição apresentarem vícios de execução ou não corresponderem à execução do que estava projetado;
- b) Nos trabalhos objeto de medição tiver sido utilizado qualquer material rejeitado pela Fiscalização ou não aprovado por ela;
- c) Se se tratar, no todo ou em parte, de reconstrução de trabalhos já feitos, mas danificados pelo Empreiteiro.

Cláusula 7.^a

(Prazos de Execução da Empreitada)

1. O Empreiteiro obriga-se a executar todo o **projeto em no máximo 90 (noventa dias)** dias de calendário, com início após o pagamento do adiantamento;
2. Os trabalhos da presente Empreitada deverão iniciar-se na data fixada no Plano de Trabalhos e ser executados dentro dos prazos globais e parcelares estabelecidos nos documentos contratuais;
3. Os prazos para a execução da empreitada indicados neste contrato, são contados em dias de calendário, salvo disposição contratual ou legal em contrário;
4. Os trabalhos só se considerarão concluídos quando a Fiscalização os aceitar provisoriamente, reportando-se os efeitos dessa aceitação à data em que o Empreiteiro tenha terminado definitivamente os seus trabalhos.

Cláusula 8.^a

(Plano de Trabalhos)

1. O Empreiteiro deve apresentar ao representante da Dona da Obra, no prazo de 3 (três) dias contados da assinatura do contrato, o plano definitivo de trabalhos para aprovação;

2. A Dona da Obra deve pronunciar-se sobre o plano de trabalhos no prazo máximo de 3 (três) dias, podendo introduzir-lhe as modificações que considere convenientes, mas não lhe sendo permitido, salvo acordo prévio com o Empreiteiro, alterá-lo nos pontos que tenham constituído condição essencial para a validade da sua proposta;
3. O Empreiteiro pode modificar o Plano de Trabalhos por conveniência própria, e a Dona da Obra deve aceitar essa modificação se dela não resultar prorrogação de prazo ou prejuízo para a obra;
4. Decorrido o prazo referido no número 2 sem que a Dona da Obra se pronuncie, considera-se aceite o plano de trabalhos definitivo;
5. O plano de trabalhos deverá, nomeadamente, observar os seguintes:
 - a) Definir, com precisão, as datas de início e de conclusão da empreitada, bem como a sequência, o escalonamento no tempo, o intervalo e o ritmo de execução dos diversos tipos de trabalhos, distinguindo as fases que, porventura, se considerem vinculativas e a unidade de tempo que serve de base à programação;
 - b) Indicar as quantidades e a qualificação profissional da mão-de-obra necessária, em cada unidade de tempo, à execução da empreitada;
 - c) Indicar as quantidades e a natureza do equipamento necessário, em cada unidade de tempo, à execução da empreitada e,
 - d) Quaisquer outros recursos, exigidos ou não neste contrato, que venham a ser mobilizados para a realização da obra.

Cláusula 9.^a

(Direcção técnica da Empreitada e representante do Empreiteiro)

1. O Empreiteiro obriga-se, sob reserva de aceitação pela Dona da Obra, a confiar a direcção técnica da Empreitada a um técnico com a qualificação indicada no caderno de encargos;
2. Após a assinatura do contrato, o Empreiteiro confirmará, por escrito, o nome do Diretor Técnico da Empreitada, indicando a sua qualificação técnica e ainda se o mesmo pertence ou não ao seu quadro técnico. Esta informação será acompanhada por uma declaração subscrita pelo técnico designado, com assinatura reconhecida, assumindo a responsabilidade pela direcção técnica da



- obra e comprometendo-se a desempenhar essa função com proficiência e assiduidade;
3. As ordens, avisos e notificações que se relacionem com os aspetos técnicos da execução da Empreitada deverão ser dirigidos ao Diretor Técnico;
 4. O Diretor Técnico da Empreitada deverá acompanhar assiduamente os trabalhos e estar presente no local da obra sempre que para tal seja convocado;
 5. A Dona da Obra poderá propor a substituição do Diretor Técnico da Empreitada, devendo a proposta respetiva ser fundamentada por escrito;
 6. O Empreiteiro ou um seu representante permanecerá no local da obra durante a sua execução, devendo estar habilitado com todos os poderes necessários para a representar no âmbito da relação jurídica da Empreitada;
 7. As funções de Diretor Técnico da Empreitada podem ser acumuladas com as de representante do Empreiteiro, ficando então o mesmo Diretor com os poderes necessários para responder, perante o Fiscal da obra, pelo andamento dos trabalhos;
 8. Sempre que a Dona da Obra o peça, o Empreiteiro entregará à Fiscalização, documento escrito indicando precisamente o nome, a qualificação, as atribuições de cada Técnico e a sua posição no organograma da empresa;
 9. O Empreiteiro designará um responsável pelo cumprimento da legislação aplicável em matéria de segurança, higiene e saúde no trabalho.

Cláusula 10.^a

(Fiscalização e seus custos)

1. Durante a execução do contrato, a Dona da Obra é representada por um Diretor de Fiscalização da obra, salvo nas matérias em que, em virtude da lei ou de estipulação distinta no caderno de encargos ou no contrato, se estabeleça um diferente mecanismo de representação;
2. A Dona da Obra notifica o Empreiteiro da identidade do Diretor de Fiscalização da obra que designe para a fiscalização local dos trabalhos até à data da consignação;

3. O Diretor de Fiscalização da obra tem poderes de representação da Dona da Obra em todas as matérias relevantes para a execução dos trabalhos, nomeadamente para resolver todas as questões que lhe sejam postas pelo Empreiteiro nesse âmbito, excetuando as matérias de modificação, resolução ou revogação do contrato, e de alterações de materiais ou de processos construtivos;
4. Quando o Empreiteiro, por sua iniciativa e sem que tal se encontre previsto no caderno de encargos ou resulte de caso de força maior, proceda à execução de trabalhos fora do horário normal de trabalho ou por turnos, a Dona da Obra poderá exigir-lhe o pagamento dos acréscimos de custo das horas suplementares de serviço a prestar pela Fiscalização, ainda que tal conste da Proposta do Empreiteiro.

Cláusula 11.^a

(Livro de Registo da Obra)

1. O Empreiteiro organiza um registo da obra, em livro adequado, com as folhas numeradas e rubricadas por si e pelo Diretor de Fiscalização da obra, contendo uma informação sistemática e de fácil consulta dos acontecimentos mais importantes relacionados com a execução dos trabalhos;
2. O livro de registo ficará patente no local da obra, ao cuidado do Diretor Técnico da obra, que o deverá apresentar sempre que solicitado pelo Diretor de Fiscalização da obra ou por entidades oficiais com jurisdição sobre os trabalhos.

Cláusula 12.^a

(Receção Provisória)

1. A receção provisória da obra depende da realização da vistoria, que deve ser efetuada logo que a obra esteja concluída, mediante solicitação do Empreiteiro ou por iniciativa da Dona da Obra, tendo em conta o termo final do prazo total ou dos prazos parciais de execução da obra;

2. O procedimento de receção provisória obedece ao disposto na legislação vigente na matéria em Cabo Verde.

Cláusula 13.^a
(Prazo de Garantia e Boa Execução)

1. Caso ocorram receções provisórias parcelares, o prazo de garantia fixado nos termos do número anterior é igualmente aplicável a cada uma das partes da obra que tenham sido recebidas pela Dona da Obra;
2. Se, quanto aos equipamentos afetos à obra, mas dela autonomizáveis, o Empreiteiro beneficiar de prazo de garantia superior ao previsto neste artigo face aos terceiros a quem os tenha adquirido, é esse o prazo de garantia a que fica vinculado perante a Dona da Obra;
3. O Empreiteiro tem a obrigação de corrigir, a expensas suas, todos os defeitos da obra e dos equipamentos nela integrados que sejam identificados até ao termo do prazo de garantia, entendendo-se como tais, designadamente, quaisquer desconformidades entre a obra executada e os equipamentos fornecidos ou integrados no respetivo contrato;
4. Se os defeitos identificados forem suscetíveis de correção, a Dona da Obra pode, sem custos adicionais, exigir o Empreiteiro que repita a execução da obra com defeito ou que substitua os equipamentos defeituosos, salvo se tal se revelar impossível ou constituir abuso de direito, nos termos gerais de direito;
5. Sem prejuízo da opção pelo exercício do direito de resolução do contrato, não sendo corrigidos os defeitos nem cumprido o disposto no número anterior, ainda que se verifiquem os casos previstos na sua parte final, a Dona da Obra pode exigir a redução do preço e tem direito a ser indemnizada nos termos gerais do direito;
6. O Empreiteiro compromete, sem qualquer encargo para a Dona da Obra, a entregar-lhe uma **Garantia contra defeitos de execução do objeto do presente contrato, pelo período de 5 (cinco) anos, conforme estabelece o artigo 177º do Regime Jurídico dos Contratos Administrativos e Cláusula 25º do Caderno de Encargos;**



7. Será deduzida a percentagem de 5% (cinco por cento) de todos os montantes que o empreiteiro tem direito a receber, para reforço da garantia de boa execução do contrato, os quais poderão ser substituídos pela garantia bancária ou ainda um seguro de caução, sendo o montante previsto de 5% (cinco por cento) do preço contratual;
8. São excluídos da garantia todos os defeitos que notoriamente resultarem de uma utilização imprópria ou de negligência por parte da Dona da Obra, bem como todos os defeitos resultantes da ação de terceiros e de casos fortuitos e de força maior;
9. Findo o prazo de garantia, o Empreiteiro deverá requerer a Dona da Obra através de carta registada ou correio eletrónico, a receção definitiva dos trabalhos.

Cláusula 14.^a

(Dever de boa execução)

1. O Empreiteiro fica sujeita, no que diz respeito à execução do contrato, às exigências legais e regulamentares do setor aplicáveis às matérias objeto do presente contrato;
2. O Empreiteiro, desde já, declara e garante que cumprirá toda a legislação e regulamentação aplicáveis à atividade por si prosseguida e que está e estará na posse de todas as autorizações, licenças, alvarás e ou aprovações que, nos termos da lei e regulamentação que lhe sejam aplicáveis e se mostrem necessárias para a prossecução da atividade, bem como para o cumprimento das obrigações decorrentes do contrato.

Cláusula 15.^a

(Restituição dos depósitos, quantias retidas e extinção da caução)

1. Feita a receção definitiva de toda a obra, serão restituídas ao Empreiteiro as quantias retidas como garantia ou a qualquer outro título a que tiver direito e promover-se-á, pela forma própria, a extinção da caução prestada.
2. A demora superior a 30 (trinta) dias na restituição das quantias retidas e na extinção da caução, quando imputável a Dona da Obra, dá ao Empreiteiro o



direito de exigir juros das respectivas importâncias, calculados nos termos da lei;

3. No caso de caução prestada por depósito em dinheiro e de reforço de garantia em numerário nos termos da lei, a restituição compreenderá, além do capital devido, os juros entretanto vencidos;
4. É título bastante para a extinção das cauções a apresentação, junto das entidades que as receberam ou emitiram, de duplicado ou cópia autenticada do auto de receção definitiva a que se reporta nos termos da lei.

Cláusula 16.^a

(Penalidades por violação do prazo de Entrega)

1. Em caso de incumprimento imputável o Empreiteiro, ou a terceiros por si contratados para a execução da empreitada, haverá lugar à aplicação de penalidades nas seguintes situações:
 - 1.1. Atraso no início ou na conclusão da obra; e
 - 1.2. Atraso nos prazos parciais vinculativos de execução da obra.
 - a) Multa diária de 1‰ (um por mil) do preço contratual, nos primeiros 30 (trinta) dias;
 - b) Em cada período subsequente de igual duração a multa diária sofrerá um aumento para 2‰ (dois por mil) do valor do Contrato, sem, contudo, que na sua globalidade, possa exceder o limite máximo de 15% (quinze por cento) do preço contratual;
 - c) A aplicação de multas contratuais ao Empreiteiro, nos termos anteriores, deve ser precedida de Auto lavrado pela Fiscalização, do qual a Dona da Obra envia uma cópia ao Empreiteiro, notificando-o para, no prazo de 10 (dez) dias deduzir a sua defesa.



Cláusula 17.^a

(Força Maior)

1. Não podem ser impostas penalidades ao Empreiteiro, nem é havida como incumprimento a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias de natureza extraordinária ou imprevisível, exteriores à vontade da parte afetada e que por esta não possam ser controladas;
2. Podem constituir força maior, se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, guerras (declaradas ou não), tumultos, insurreições civis, catástrofes naturais, greves gerais de âmbito nacional, incêndios, inundações, explosões, decisões governamentais ou outras situações não controláveis pelas partes;
3. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser comunicada à parte contrária no prazo máximo de 5 (cinco) dias a contar da data em que se tenha tido conhecimento da sua ocorrência;
4. Sem prejuízo do disposto no número anterior, o Empreiteiro deverá comunicar a Dona da Obra quais as obrigações emergentes do contrato cujo cumprimento, no seu entender, se encontre impedido ou dificultado por força de tal ocorrência, e as medidas que pretende pôr em prática a fim de mitigar o impacto da referida situação e os respetivos prazos, no prazo de 5 (cinco) dias a contar do conhecimento da ocorrência da circunstância de força maior.

Cláusula 18.^a

(Gestão do pessoal)

1. O Empreiteiro será responsável pelo pessoal afeto às instalações da empreitada objeto do presente contrato;
2. O Empreiteiro será responsável perante a Dona da Obra e perante terceiros, pelos atos de todo o pessoal e pelos riscos inerentes ao desenvolvimento dos trabalhos;

3. A responsabilidade pela conformidade de toda a empreitada, será exclusivamente do Empreiteiro, ainda que esta recorra a terceiros para a execução do Contrato.

Cláusula 19.^a

(Pessoal e Seguros)

1. O Empreiteiro ficará sujeito ao cumprimento das disposições legais e regulamentares em vigor sobre acidentes de trabalho e da vigilância da saúde, relativamente a todo o pessoal afeto à instalação, sendo da sua conta todos os encargos daí resultantes;
2. O Empreiteiro obriga-se a celebrar os seguintes contratos de seguro:
 - a) Seguro de acidentes de trabalho, cuja apólice deve abranger todo o pessoal por si contratado, a qualquer título, devendo apresentar ainda, caso aplicável, no prazo de 10 (dez) dias a contar da subcontratação, comprovativo que o pessoal contratado pelos subempreiteiros possui seguro obrigatório de acidentes de trabalho de acordo com a legislação em vigor em Cabo Verde;
 - b) Seguro de responsabilidade civil contra terceiros;
3. As apólices dos seguros referidas nas alíneas do número anterior devem ser apresentadas pelo Empreiteiro, antes do início da execução dos trabalhos e sempre que lhe for exigido pelo Fiscal da obra;
4. Nenhuma apólice de seguro poderá ser alterada, substituída, suspensa ou cancelada pelo Empreiteiro sem a prévia autorização, por escrito, da Dona da Obra;
5. Os encargos referentes aos seguros previstos nos números anteriores, bem como qualquer dedução efetuada pela seguradora a título de franquia em caso de sinistro indemnizável, serão da responsabilidade do Empreiteiro.

Cláusula 20.^a

(Segurança, Saúde e Ambiente)

1. É da responsabilidade do Empreiteiro, cumprir e fazer cumprir, pelo seu pessoal, o disposto na legislação em matéria de proteção ambiental, higiene, saúde e segurança no trabalho;
2. O Empreiteiro, deverá apresentar à Dona da Obra, antes do início da empreitada, o plano de proteção para a eliminação dos impactos ambientais negativos;
3. O Empreiteiro fica sujeito ao cumprimento das disposições legais e regulamentares em vigor sobre a segurança, higiene e saúde no trabalho relativamente a todo o pessoal empregado na obra, sendo da sua responsabilidade os encargos que de tal resultem;
4. O Empreiteiro é ainda obrigado a acautelar, em conformidade com as disposições legais e regulamentares aplicáveis, a vida e a segurança do pessoal empregado na obra e a prestar-lhe a assistência médica de que careça por motivo de acidente no trabalho;
5. O Empreiteiro apresentará, antes do início dos trabalhos e, posteriormente, sempre que a Fiscalização o exija, as apólices de seguro contra acidentes de trabalho relativamente a todo o pessoal empregado na obra;
6. Das apólices constará uma cláusula pela qual a entidade seguradora se compromete a mantê-las válidas até à conclusão da empreitada, incluindo eventuais prorrogações;
7. O Empreiteiro responderá plenamente, perante a Fiscalização, pela observância das condições estabelecidas nos números 1 a 6 relativamente a todo o pessoal empregado na obra.

Cláusula 21.^a

(Aprovação dos materiais e elementos de construção)

1. Os materiais e elementos de construção só poderão ser aplicados na Empreitada depois de aprovados pela Fiscalização;



2. A aprovação dos materiais e elementos de construção será feita por lotes e resulta da verificação de que as características daqueles satisfazem as exigências contratuais e outras aplicáveis;
3. A aprovação ou rejeição dos materiais e elementos de construção deverá ter lugar nos 8 (oito) dias subsequentes à data em que a Fiscalização for notificada, por escrito, da sua entrada no estaleiro, considerando-se aprovados se a Fiscalização não se pronunciar no prazo referido, a não ser que o mesmo seja prorrogado fundamentadamente, fato que, no mesmo prazo, será comunicado o Empreiteiro;
4. No momento da aprovação dos materiais e elementos de construção proceder-se-á à sua perfeita identificação. Se, nos termos do número anterior, a aprovação for tácita, o Empreiteiro poderá solicitar a presença da Fiscalização para aquela identificação.

Cláusula 22.^a

(Inspeção)

1. Realizadas as entregas formais das obras que compõe a empreitada, objeto do presente contrato, a Dona da Obra procederá, no prazo de 7 (sete) dias, a uma Inspeção qualitativa das mesmas, com vista a verificar se reúnem as características, especificações e requisitos técnicos, bem como dos demais requisitos legais aplicáveis, sem prejuízo pela fiscalização que decorrerá durante a fase de execução dos trabalhos.
2. Durante esta fase o Empreiteiro obriga-se a prestar a Dona da Obra toda a colaboração e os esclarecimentos necessários, podendo fazer-se representar durante a realização dos mesmos através de Técnicos que considere devidamente credenciados para o efeito.
3. Os encargos com a realização da inspeção que advenham para a Dona da Obra, nomeadamente, os custos de deslocação e de recurso a mão-de-obra especializada (se aplicável), serão por estes exclusivamente suportados.

Cláusula 23.^a

(Inoperacionalidade, defeitos ou desconformidades)

1. A conclusão dos trabalhos deverá ser notificada pelo Empreiteiro a Dona da Obra através de carta registada ou correio eletrónico;
2. No prazo de 10 (dez) dias a contar da receção da correspondência referida no número anterior, a Dona da Obra promoverá a receção provisória dos trabalhos, fazendo-os inspecionar pela Fiscalização;
3. Após a realização da Inspeção referida na cláusula anterior e caso se comprove a inoperacionalidade, desconformidade com as exigências legais ou a existência de defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos identificados, a Dona da Obra deverá de isso informar, por escrito, o Empreiteiro;
4. No caso previsto no número anterior o Empreiteiro deverá proceder, por sua conta e risco, à respetiva reparação ou substituição do(s) item(s), no prazo de 30 (trinta) dias, ficando exclusivamente a cargo do Empreiteiro quaisquer custos que advenham ou possam advir da referida reparação e/ou substituição;
5. Após a realização das reparações ou substituições necessárias pelo Empreiteiro, no prazo respetivo, a Dona da Obra procederá a nova inspeção, nos termos constantes da cláusula anterior.

Cláusula 24.^a

(Aceitação dos trabalhos)

1. Caso se venha a verificar a total conformidade, no decurso da inspeção referida nas cláusulas anteriores, bem como a sua conformidade com as exigências legais e neles não sejam detetados quaisquer defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos na Proposta apresentada pelo Empreiteiro, deve ser emitido um auto de Receção provisória da empreitada, no prazo 5 (cinco) dias a contar do final da inspeção, assinado pela Dona da Obra;
2. Mediante a assinatura do auto a que se refere o número anterior, ocorre a transferência da posse e da propriedade das obras da empreitada elencada na

Cláusula 1ª do presente contrato, para a Dona da Obra, sem prejuízo das obrigações de garantia que impendem sobre o Empreiteiro.

Clausula 25.^a
(Documentos)

Fazem parte deste contrato todos os documentos nele mencionados, nomeadamente a proposta/orçamento com a referência n.º 180-2022 de 18 maio de 2022 e Anexos I, II, III e IV.

Cláusula 26.^a

(Resolução do Contrato por parte da Dona da Obra)

1. A Dona da Obra pode resolver o presente contrato em caso de grave violação das obrigações contratuais do Empreiteiro e ainda nos seguintes casos, sem prejuízo do direito de indemnização legalmente previsto:
 - a) Incumprimento definitivo do contrato por fato imputável ao Empreiteiro;
 - b) Incumprimento, por parte do Empreiteiro, de instruções emitidas pela Dona da Obra em matéria relativa à execução das prestações contratuais;
 - c) Cessão da posição contratual ou subcontratação realizadas com inobservância dos termos e limites previstos na lei ou no presente contrato, desde que a exigência pelo Empreiteiro da manutenção das obrigações assumidas pela Dona da Obra contrarie o princípio da boa-fé;
 - d) Incumprimento, pelo Empreiteiro, de decisões judiciais ou arbitrais respeitantes ao contrato;
 - e) Se ocorrer um atraso no início da execução dos trabalhos imputável ao Empreiteiro que seja superior a 1/10 do prazo de execução da obra.

Cláusula 27.^a

(Efeitos da resolução)

1. Em caso de resolução do contrato pela Dona da Obra, por fato imputável ao Empreiteiro, este fica obrigado ao pagamento de indemnização a que haja lugar nos termos gerais de direito;

2. A indemnização é paga pelo Empreiteiro no prazo de 60 (sessenta) dias após a notificação para esse efeito, sem prejuízo da possibilidade de execução da caução prestada;
3. O disposto na presente cláusula não prejudica a aplicação de quaisquer penalidades que se mostrem devidas, se para tanto existir fundamento.

Cláusula 28.^a

(Resolução de Litígios)

1. Os litígios decorrentes da execução, interpretação e aplicação das regras contratuais serão submetidos a uma tentativa de conciliação a realizar entre os representantes expressamente designados para o efeito pelas partes, no prazo de 10 (dez) dias, seguidos, contados da solicitação que para o efeito qualquer das partes produza.
2. Frustrada a conciliação, para todas as questões emergentes do contrato, será competente o Tribunal da Comarca de São Vicente, com expressa renúncia qualquer outro.

Cláusula 29.^a

(Contagem dos Prazos)

Salvo quando o contrário resulte do Caderno de Encargos, os prazos aqui previstos são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados, não se suspendendo nem interrompendo em férias judiciais.

Cláusula 30.^a

(Lei aplicável)

O presente contrato é regulado pela legislação cabo-verdiana em vigor, incluindo o Código da Contratação pública e o Código Civil.

As Outorgantes declaram que aceitam o presente Contrato com todas as suas cláusulas, termos, condições e obrigações, das quais têm inteiro conhecimento e a cujo cumprimento se obrigam.

Este Contrato, constituído por 19 (dezanove) páginas, é feito em 2 (duas) vias, sendo rubricados pelas partes e dele fazem parte integrantes os **Anexos I, II, III e IV**.

Assim o outorgam.


Feito na Cidade do Mindelo, ao 22.º dia do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e dois.

A Dona da Obra
/ENAPOR, SA/


Eng.º Ireneu Rosa de Azevedo Camacho
Presidente do Conselho de Administração


Dra. Eneida Cristina Lima Gomes
Administradora Executiva

O Empreiteiro
/ SERRALHARIA VIDAL LDA /


Eng.ª Manuela Baptista Estevão Fortes
Representante legal

ANEXO I

Orçamento N° 180-2022 apresentado no dia 18 maio de 2022 com 03 páginas

ANEXO II

Plano de Equipamentos de 26 de maio de 2022 com 02 páginas

ANEXO III

Plano de Mão de Obra de 26 de maio de 2022 com 02 páginas

ANEXO IV

Memoria Descritiva e Justificativa do Modo de Execução da Obra de 26 de maio de 2022 com 10 páginas

